

## **Daslu vai vender loja e pagar royalties para usar nome**

*Daniele Madureira*

Os cerca de 200 credores da boutique de luxo Daslu convidados a se reunir em assembleia na quinta-feira terão que decidir se aceitam o plano de recuperação judicial que prevê a venda da marca e de uma loja da empresa para quitar dívidas de R\$ 80 milhões. Há três interessados: o Laep Investments, fundo de private equity que controla a Parmalat, um grupo que atua no ramo de varejo e outro fundo de private equity.

"Embora gere lucro, o resultado não é suficiente para honrar as dívidas, mesmo parceladas", disse ao Valor uma fonte próxima à empresa. Hoje, a Daslu tem dois pontos na zona sul de São Paulo: a Villa Daslu (há um ano administrada pelo Grupo Iguatemi, sócio da WTorre no Shopping JK, para onde a loja será transferida) e uma loja âncora no Shopping Cidade Jardim, controlado pela JHSF.

O plano de recuperação judicial, ao qual o Valor teve acesso, prevê a criação de uma nova empresa, chamada SPE UPI, que ficará com a marca e uma das lojas. Pelas ações da SPE UPI, a Daslu pede R\$ 1 mil. As dívidas com bancos, fornecedores e funcionários serão assumidas pelo novo controlador.

Pela proposta, os débitos com bancos e fornecedores terão desconto de 60%. O valor resultante será dividido em 72 parcelas mensais, com vencimento no dia 20 e um ano de carência, a contar da data de homologação do plano.

Os empréstimos obtidos após o pedido de recuperação judicial (feito em 8 de julho de 2010) deverão ser pagos em até dez dias após a aprovação do plano na assembleia geral de credores. Nesse caso, o valor será descontado do aporte que o novo controlador se compromete a fazer na SPE UPI.

Já os débitos trabalhistas referentes aos três meses que antecederam o pedido de recuperação serão pagos pelo novo controlador entre 30 e 180 dias. Em relação aos acordos já homologados pela Justiça do Trabalho, o cumprimento se dará apenas a partir da homologação do plano de recuperação.

A empresária Eliana Tranchesi, dona da Daslu, deve ficar com a outra loja. Para isso, pagará royalties mensais de 5% sobre o faturamento para o uso do nome. O contrato de licenciamento da marca é de cinco anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco anos, mas haverá uma carência de um ano para início do pagamento.

No entanto, o comprador terá que celebrar com Eliana um contrato de fornecimento de mercadorias. Seria uma forma de a empresária manter participação efetiva no negócio, embora o plano não indique exclusividade no contrato, ou seja, a "nova Daslu" poderia adquirir produtos de terceiros. O plano menciona também a contratação de serviços de consultoria da Daslu mas, nesse caso, "a exclusivo critério" do novo controlador.

Caso não haja quórum na quinta-feira, uma nova assembleia será convocada para 4 de março. Segundo o plano de recuperação judicial, os interessados na Daslu não podem ser concorrentes diretos da boutique ou ter participação em uma empresa rival. Mas condições do plano podem ser alteradas durante a assembleia.

Entre os credores, o maior é o banco HSBC. A Daslu, que foi alvo da Operação Narciso, da Polícia Federal, tem uma dívida bem maior com o fisco, de R\$ 500 milhões, em valores computados até 2009, que não entram na nova empresa.

**Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 21 fev. 2011, Empresas, p. B4.**